

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Teresina - Piauí

RESUMO: Este trabalho é esforço de pesquisa bibliográfica sobre democracia e construção do Estado brasileiro. A democracia, enquanto método e regime de governo, ao longo dos tempos tem sido uma construção política de disputa pelo poder de Estado. O Estado republicano brasileiro se constrói na dualidade entre autoritarismo e democracia. Para Schumpeter (1984) e Sartori (1987) a democracia liberal representativa é um caminho adequado na disputa do poder estatal. Para Reis Filho (1998) e Fausto (2013) a construção do Estado brasileiro, ao longo do período republicano, viabiliza-se num processo de alternância entre autoritarismo e democracia sem ruptura. Para entender esse processo de construção da democracia e do Estado brasileiro na literatura social contemporânea, adotou-se neste trabalho a técnica de análise de conteúdo, da metodologia qualitativa. Tanto a teoria quanto a metodologia utilizada contribuíram à percepção continuísta de um Estado brasileiro elitizado e excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Estado brasileiro. Poder político.

ABSTRACT: This work is an effort to bibliographical research on democracy and construction of the Brazilian State. Democracy, while method and system of Government, throughout the ages has been a political construction of the State power. The Brazilian Republican State is built on duality between authoritarianism and democracy. For Schumpeter (1984) and Sartori (1987) liberal representative democracy is a proper way in State power. For Kings Son (1998) and Fausto (2013) the building of the Brazilian State, throughout the Republican period, enables a process of alternating between authoritarianism and democracy without breaking. To understand this process of democracy-building and the State in contemporary social literature, has this job analysis content technique, qualitative methodology. Both the theory and the methodology used have contributed to the perception of a Brazilian presidency State elite and exclusive.

KEYWORDS: Democracy. The Brazilian State. Political power.

1 | INTRODUÇÃO

O debate acerca da construção da democracia liberal representativa se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial. Várias

nações optam por esse método político como forma de democratizar o Estado. Até meados dos anos de 1970 o debate sobre a democracia liberal representativa se hegemonizou na literatura ocidental, não dando espaço para pensar e praticar outra forma de democracia, a democracia participativa. Contudo, a partir de uma nova leitura dos estudos de Rousseau, Stuart Mill e G. D. H. Cole, considerados precursores da ideia de participação na modernidade (PATEMAN, 1992), a prática da democracia participativa, nascida na antiga Grécia, foi retomada na academia e na prática social nos continentes europeu e americano.

No Brasil, de certa forma, essa discussão coincide com o processo de democratização do Estado. Um Estado por natureza dualista, autoritário, excludente e impopular. Nos primeiros trinta anos da república o Estado brasileiro foi capturado pelas oligarquias e coronéis, com a política dos governadores, de Campos Sales (1898 – 1902), que estabeleceu alianças com governadores e estes com os coronéis que alimentavam um sistema político baseado no aliciamento de eleitores e no burlamento do processo eleitoral, cuja maior expressão foi a política “café-com-leite”. Nos anos trinta, o Estado passa por mudanças significativas de consolidação institucional num processo contraditório e autoritário, mas avança, após o Estado Novo, para um primeiro período de democracia.

Na sequência, o Estado vive quase vinte anos de ditadura militar, período em que as liberdades foram cerceadas e os direitos civis e políticos suspensos. A sociedade passa por retrocesso na construção democrática, o Estado, ao invés de protetor, torna-se inimigo do cidadão e os governantes seus carrascos. O autoritarismo, o mandonismo e o clientelismo são acepções políticas expressivas de um Estado autoritário e elitizado. Nesse *modus operandi* político não há espaço para a democracia, para a participação, para a política da cidadania e construção de sujeito.

Não obstante, as manifestações públicas a partir do final dos anos 1970 e a pressão da crise econômica dos anos 1980 criam ambiente de oportunidade para mudanças políticas e o Estado autoritário não resiste a uma explosão de manifestações da sociedade em favor da democracia, da configuração de um novo pacto social que resulte no Estado Democrático de Direito. O resultado da vontade expressiva parcela da população é a promulgação da Constituição de 1988. Com a nova Carta Magna o Estado brasileiro entra na era da construção democrática liberal representativa e dialoga com experiência de democracia participativa. O debate da redemocratização do Estado; da participação política da sociedade, para além do voto; da construção e execução de políticas públicas; da configuração de uma sociedade civil ativa; tornam-se predominante na prática de movimentos sociais, de organizações não-governamentais (ONGs), de cidadãos e adensa uma política participacionista. É desse percurso político que trata este trabalho, dividido em quatro seções: origem e conceito de democracia; construção do Estado brasileiro; avanços e retrocessos na construção democrática do Estado, por fim, à guisa de conclusão. Passamos, agora, à discussão sobre democracia.

2 | ORIGEM E CONCEITOS DE DEMOCRACIA

As ideias e práticas de participação de indivíduos na tomada de decisão, como processos de organização da sociedade, tiveram início nas pólis gregas, mais precisamente em Atenas, entre os séculos III e IV, a. C. Esse processo ficou conhecido desde a definição de democracia cunhada por Aristóteles. O conceito de democracia origina-se do grego, que significa *demo* (povo) mais *cracia* (governo). No senso comum, designa povo no governo, governo do povo, governar com o povo. Naquela época, na Grécia Antiga, os cidadãos participavam das assembleias públicas (na Ágora), para decidir sobre os destinos políticos de Atenas. Porém, em que pese àquela democracia ser participativa, nem todas as pessoas participavam das tomadas de decisões: mulheres, estrangeiros, escravos e menores de vinte e um anos não tinham direito à participação. Mas, para a época, aquele foi um sistema político avançado e deu origem às democracias que hoje conhecemos. Depois de Atenas, Roma Antiga, na Itália, também teve sua experiência participatória, cujos cidadãos decidiam por meio de decreto-plebiscito.

Passados alguns séculos, tais experiências desapareceram tanto em ideia quanto na prática, no decorrer da história documentada a hierarquia autoritária tem sido a regra e a democracia a exceção. Novas ideias sobre participação dos cidadãos na vida política ressurgiram a partir do século XVIII, com os escritos de Rousseau, Stuart Mill e G. D. H. Cole, considerados precursores da ideia de participação contemporânea (PATEMAN, 1992).

As ideias sobre participação e democracia, como processos de organização e de tomada de decisão com participação de cidadãos, voltaram a ter importância após as revoluções emancipatórias, o surgimento do Estado Moderno, da sociedade industrial e dos centros urbanos no século XX (PATEMAN, 1992).

Posteriormente à Primeira Guerra Mundial, o debate sobre democracia associada à participação política dos cidadãos tomou impulso e ganhou adeptos ao redor do mundo. Assim, transcorreu o processo de construção e consolidação da “democracia como método” e sistema político, com os quais parte da população, por meio de eleições, elege representantes que exercem as decisões políticas em nome do povo (SCHUMPETER, 1984). Nasceu, dessa forma, a participação indireta e a democracia representativa, ou seja, a representação seria a forma mais adequada para construir os governos e, a eleição, o método mais apropriado para a construção da democracia.

Autores como Schumpeter (1984) e Sartori (1987) se tornaram referência no debate da democracia representativa, conhecida como democracia elitista por privilegiar a participação das elites na gestão do Estado. Para esses autores, a democracia direta, como mecanismo de tomada de decisão com participação dos cidadãos, nos moldes de Atenas só seria aplicável em pequenos grupos, com a modalidade de assembleia e no tamanho o suficiente para poder se observar a participação dos cidadãos. A democracia mais adequada às sociedades seria, segundo esses teóricos,

a representativa, posto que ela teria no processo eleitoral universal, o ponto máximo da expressão de participação e poder do povo. Na democracia representativa, o povo exerce o poder de decidir pelo voto quem são seus representantes; mas decide, na democracia deliberativa, no máximo, sobre quem vai decidir por ele nos diversos processos que influenciam sua vida. A tarefa da decisão cabe aos representantes eleitos que conduzem a gestão do Estado. Esse debate tornou-se hegemônico na ideia de que a democracia representativa configuraria o método mais adequado de governo, até que o debate da democracia participativa ressurgiu nos anos de 1970, questionando os limites da democracia deliberativa e sugerindo a participação nos espaços públicos como complementar a democracia deliberativa (PATEMAN, 1992; SANTOS, 2002). A questão em debate passou a ser a seguinte: como a participação se torna efetiva e que processos são delineados na combinação da democracia deliberativa e participativa?

Para responder a tal questionamento, partimos da constatação de que a participação é carregada de conteúdo ideológico e tem caráter ambíguo: tanto pode ser utilizada para coonestar e legitimar processos políticos dissimulados, quanto ser efetiva na tomada de decisões e, assim, contribuir com a formação de cidadãos mais ativos, com a efetivação de direitos e com a configuração de uma cultura política participacionista que influencie a formação do Estado, as atitudes cidadãs e a atuação de atores sociais coletivos (TEIXEIRA, 2001). Essas concepções de participação, a partir dos anos 1990, apresentam consequências díspares no processo de construção da democracia: por um lado, podem reforçar a democracia minimalista, que requer o mínimo de participação cidadã; por outro, supostamente reforçam a democracia participativa, podendo, ou não, complementar a democracia representativa. Esse debate segue na atualidade.

3 | A CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Para analisar a construção do Estado brasileiro é necessário, antes de tudo, falar de alguns aspectos fundantes da política. Nesse sentido, é conhecida a inexistente participação dos cidadãos em processos políticos de construção da sociedade. Até pouco tempo atrás apenas as elites políticas e econômicas do país se envolveram com assuntos da política. Por exemplo, a participação política por meio do voto, desde a colonização até a Constituição de 1988, excluiu diversos setores da sociedade: escravos, negros, índios, analfabetos e menores de idade de 21 anos. A Constituição de 1891 (a primeira constituição republicana) garantiu o voto direto para a Câmara, o Senado, a Presidência e voto dos homens com idade acima de 21 anos. Mas, as mulheres e os analfabetos continuaram excluídos da votação. Elas só passaram a votar a partir de 1934 e os analfabetos após a Constituição de 1988. Outro exemplo é a participação popular na eleição para presidente que até pouco tempo foi restrita:

na primeira eleição presidencial (1894) o Brasil tinha 15,5 milhões de habitantes, a votação atingiu 2,2% da população (276.583 votantes). Mais de 30 anos depois (1926), a população brasileira era cerca de 30,9 milhões e nas eleições para presidente a votação atingiu 2,3% dela. Em 1960, a população já era de 70,1 milhões e o eleitorado votante apenas 17,8%. No período de ditadura militar os restritos diretos políticos foram cessados e foi instituído o sistema de colégio eleitoral em que os deputados federais elegiam o presidente (RETRATO DO BRASIL, 1984).

Assim, desde a criação da República (1889) que a democracia elitista brasileira é colocada à prova. No período conhecido Primeira República ou República Velha (1889 a 1930) a prática política coronelista se institucionalizou para manter o poder do Estado nas mãos de oligarquias agrárias em alianças com setores conservadores urbanos (LEAL, 2012). Contudo, a política coronelista não nasce na República Velha, e sim muito antes, no período colonial ela se engendra nas práticas dos senhores de terra que recebiam da Coroa o poder de explorar a terra e tudo que nela havia. No século XIX, com a criação da Guarda Nacional para conter conflitos populares contra o governo regente, também foi criado pelo governo monárquico o cargo de coronel e distribuído aos senhores proprietários de terra, e estes passaram a exercer poder de polícia no controle de conflitos locais. Com o tempo, os senhores donos de terra foram impondo obediência a si pelo poder de coronel ao impor suas ordens ao povo (FAUSTO, 2013). Essa prática militar exercida por coronéis deu origem ao coronelismo político, um sistema baseado em aliciamento e troca de favores a eleitores. Tanto que no governo de Campos Sales (1898-1902) foi instituída a política dos governadores, aliança do governo federal com os governadores de estados para garantir a sustentação de seu governo e equilibrar as forças políticas nos estados. Por sua vez, os governadores estabeleceram alianças com os coronéis (senhores donos de terras) com troca de favores (cargos públicos) e estes exerciam seu poder político-militar e econômico para aliciar eleitores e “preparar” as eleições locais de modo a garantir sua vitória e de seus aliados governadores. É a política coronelista institucionalizada que viabiliza o Estado republicano brasileiro, dito democrático (FORTUNATO, 2000).

Porém, essa política coronelista foi interrompida por Getúlio Vargas que tomou o poder político com a chamada revolução de 1930. Ele pôs fim à aliança da política oligárquica “café-com-leite”, uma aliança dos políticos produtores de café de São Paulo com fazendeiros produtores de leite de Minas Gerais, que se reversavam na presidência com eleição de políticos desses dois estados. O governo de Getúlio Vargas teve três períodos distintos: 1930 a 1934, denominado de Governo Provisório e ênfase na organização do Estado; 1934 a 1937, Governo Constitucional, marcado pela elaboração e aprovação da segunda constituição republicana e; 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, período em que Vargas governou de forma ditatorial. Na era Vargas, quinze anos ininterruptos de governo, o Estado brasileiro passou por transformações significativas, inicialmente centralizou o poder e dissolveu o parlamento com apoio do exército e destinou cargos de gestão do Estado aos militares para

neutralizar as oligarquias. Com a promulgação da Constituição, em 1934, organizou e centralizou o poder executivo, criou as bases da legislação trabalhista, reinstalou a democracia representativa eleitoral, criou o voto secreto e o voto feminino. Criou também vários direitos sociais, como: salário mínimo, justiça do trabalho, oito horas de jornada de trabalho, férias remuneradas, carteira de trabalho e ampliação da aposentadoria para categorias de trabalhadores públicos e privados. Sob pretexto de ameaças comunistas, desde os movimentos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que em 1935 detonou a intentona comunista, Vargas centralizou o poder, perseguiu inimigos políticos, fechou o Congresso Nacional em novembro de 1937 e impôs outra constituição ao país que lhe conferia amplos poderes. Com isso, cancelou as eleições presidenciais, instituiu a ditadura do Estado Novo, fechou instituições sindicais, prendeu políticos, colocou na ilegalidade o Partido Comunista e impôs a censura aos meios de comunicação (CANCIAN, 2013). Todavia, em 1945 o Estado Novo teve fim, enfraquecido com a queda do nazifascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial. Num curto período de meio século o Estado brasileiro sofre as consequências da política coronelista, golpista, ditatoriais e técnico-burocrática e não consegue se democratizar, antes o contrário, consolida-se na cultura política do autoritarismo, do mandonismo e do clientelismo.

A democracia representativa liberal, na prática, foi possível no Brasil somente entre os anos de 1945 e 1963, época em que houve pluralismo partidário, fortalecimento do movimento sindical operário, surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, de associações de moradores de bairros, imprensa livre, enfim, período de experimento democrático da incipiente sociedade civil brasileira. Foi este o período de maior diálogo da sociedade com o Estado, de constituição de forças sociais e afirmação da sociedade até o regime político militar ser instalado.

Os trabalhadores surgiram no cenário político durante a transição democrática, ao longo do ano de 1945, participando ativamente do movimento queremista. Até março de 1964, manifestaram-se por meio de seus sindicatos e de partidos políticos, em particular o PTB e o PCB, com greves, manifestações públicas e nas campanhas eleitorais (FERREIRA, 2010, p. 13).

Foi intensa também a participação de setores da intelectualidade no debate brasileiro nesse período e contribuiu para o fortalecimento da democracia. Já no fim do período democrático esse setor da sociedade teve participação mais intensa, nas palavras de Ferreira,

a intelectualidade brasileira participou ativamente dos debates sobre os rumos do país, especialmente no tocante aos projetos de desenvolvimento e à questão democrática. A começar no governo de Vargas, mas sobretudo com Juscelino Kubitschek e João Goulart, a sociedade produziu diversos movimentos artísticos e culturais. No teatro, na música, no cinema, nas artes plásticas ou na poesia, artistas e intelectuais valorizavam o nacional e o popular. Tudo queria ser novo, do Cinema Novo à Bossa Nova (idem).

Em que pese esse processo de envolvimento de amplos setores da sociedade nos debates sobre o modelo de desenvolvimento do país, a participação política por meio do voto excluía os eleitores analfabeto, expressa parcela da população à época. Mas considerando todo o período democrático em relação à Primeira República, houve crescente participação de eleitores nas eleições, por exemplo: nas eleições de 1933 votaram apenas 1,5 milhão de eleitores, em 1954 a votação foi 7,5 milhões e chegou a 18,5 milhões na eleição de 1962 (FERREIRA, 2010). A participação da mulher foi o diferencial no crescimento do eleitorado do país, pois até 1933 elas estavam excluídas da vida política.

Esse processo de envolvimento de alguns setores da sociedade nas questões políticas do país adensou-se no início dos anos 60, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em março de 1961, e ascensão do vice-presidente João Goulart à presidência, depois de intensa negociação política que até mesmo mudou o regime de governo de presidencialista para parlamentarista, mas em pouco tempo ele conseguiu reverter a mudança e devolveu o presidencialismo. Para Reis Filho, “ali se reuniram a espada, a cruz, a propriedade e o dinheiro. E o medo, um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar força e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça. Se a hipótese tinha base na realidade ou não, é outra questão” (REIS FILHO, 1998, p. 26). Essa situação levou o governo a aproximar-se da população e propor um plano de reformas que ficou conhecido como “reformas de base”, incluindo a educação, o setor urbano, o setor agrário, político e fiscal. O debate dessas propostas foi suficiente para estimular a articulação de setores conservadores da política, da Igreja Católica, do setor agrário e militares contra o governo (GOMES, 2011).

Esses setores conservadores apoiaram o Golpe Militar de 1964, que pôs fim à primeira experiência de democracia liberal brasileira e impôs um regime político ditatorial militar ao país por mais de vinte anos, entre 1964 e 1985. O regime político militar impôs o bipartidarismo, cassação de direitos políticos, eleições indiretas, censura à imprensa, ao cinema, à música, prisão e tortura aos considerados inimigos do regime, fechou sindicatos, entidades estudantis e passou a monitorar as universidades e reuniões de qualquer natureza. Enfim, restringiu ao máximo possível às atividades políticas e estabeleceu um processo de perseguição a inimigos e a qualquer pessoa suspeita. Nas palavras de Reis Filho, “o céu desabava na cabeça dos trabalhadores. O Estado, até então generoso e protetor, transformara-se em algoz. O pai [governo], em carrasco” (REIS FILHO, 1998, p. 28).

A retomada do Estado democrático de direito só foi possível em 1985, depois da negociação no parlamento que acordou eleição indireta de um presidente civil, no caso, Tancredo Neves, que não tomou posse e assumiu seu vice José Sarney, aliado incondicional do regime ditatorial. Apesar da crise econômica avassaladora nos anos 80, com hiperinflação e escassez de produtos nos supermercados, no plano político, a nação ficou marcada com as mobilizações sociais de democratização do Estado e a promulgação da Constituição de 1988. Com a nova constituição, voltou o

multipartidarismo, eleições diretas nas três instâncias do Estado (nacional, estadual e municipal), voto dos analfabetos (pela primeira vez em quase quinhentos anos), direitos civis, políticos e sociais estabelecidos. A participação social que fazia parte da sociedade civil organizada desde o fim dos anos 1970 continuou na década seguinte, com greve de operários, canavieiros, servidores públicos, bancários, organizações populares de moradores de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e organizações não-governamentais (ONGs) (MARANGONI, 2013). Para Marangoni,

A crise provocou uma ascensão das mobilizações populares. O auge aconteceu nas semanas que antecederam a votação da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), em fins de abril de 1984. A medida estabelecia a realização de eleições diretas para presidente da República. O país foi tomado de norte a sul por maciços atos de protesto. Os mais importantes aconteceram no Rio de Janeiro, com a presença de um milhão de pessoas, e em São Paulo, que contou com 1,5 milhão de participantes. Apesar de a emenda não ter sido aprovada, as mobilizações prosseguiram em greves gerais, inúmeras paralisações localizadas e na grande pressão para a aprovação de emendas populares – algo inédito – na Constituinte, instalada em 1987 (MARANGONI, 2012, s\p).

Toda essa movimentação social corroborou com a promulgação da Constituição de 1988 e o Brasil, finalmente, alcança o Estado Democrático de Direito. Aí o país voltou a funcionar como república presidencialista, apesar de sua fundação há um século, em 1889, com eleições diretas, instauração de um ambiente de participação social, direitos políticos e sufrágio universal assegurados agora na Carta Magna. A despeito da crise econômica dos anos 1980, nas palavras de Bresser-Pereira,

(...) os anos 1980 foram também os da transição democrática, foram os anos de um grande pacto político – o pacto democrático popular de 1977 ou das Diretas Já. A transição democrática ocorreu em 1984 em parte porque os militares se enfraqueceram com a crise de balanço de pagamentos e a alta inflação inercial. E em 1988 tivemos nossa Constituição – a primeira constituição democrática do Brasil (porque foi a primeira que assegurou o sufrágio universal) e, além disso, foi uma constituição social e participativa. Do ponto de vista político, portanto, não foram anos perdidos (BRESSER-PEREIRA, 2012, s\p).

Enfim, com essas conquistas institucionalizadas na Constituição de 1988, depois de quase cinco séculos, o Brasil parecia está amadurecido político e institucionalmente, pois os direitos civis, políticos e sociais (direitos de cidadania) estavam agora institucionalizados e os cidadãos mais conscientes e participativos nas atividades políticas. E, a partir das eleições presidenciais de 1989 o Brasil entrara numa nova rota de estabilidade política democrática.

4 | AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A Carta de 1988 é a mais democrática das constituições brasileiras, estabelece os direitos civis, políticos e sociais, um avanço que resulta da conquista da própria sociedade, por meio de lutas pelos direitos de cidadania. As lutas sociais ampliaram expressivamente o sentido e significado da participação política a partir dos anos de 1980 em diante.

O sufrágio universal, com o direito dos analfabetos votarem, reparou um esquema de exclusão política de expressiva parte da população. As eleições a cada dois anos, após a Constituição de 1988, transformaram-se em mecanismo de participação política e fez do Brasil uma das maiores democracias eleitorais liberais representativas do mundo. A prática participacionista nas políticas públicas de educação, saúde, assistência social e questões étnicas raciais se transformou num campo de disputa entre setores da sociedade e governos nacional, estaduais e locais. A disputa ocorre na construção dessas políticas, de modo a cumprir e ampliar os preceitos constitucionais, mas também no aprofundamento do Estado democrático de direito (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 2007; TATAGIBA, 2014).

A movimentação de miscelânea de atores sociais nas décadas de 80 e 90, no ambiente de Estado democrático brasileiro, possibilitou a construção de uma sociedade civil organizada e, até certo ponto, politizada. Os cidadãos que reconhecem seus direitos e as instituições civis tipo sindicatos, igrejas, ONGs, movimentos sociais demarcaram o campo político democrático nas disputas pelos bens intangíveis da sociedade, de modo aprofundar ainda mais, na primeira década do século XXI, o fortalecimento da participação social em torno da democratização da gestão do Estado e execução de políticas públicas (ROMÃO; MARTELLI; PIRES. 2014).

Em outro plano, do retrocesso da construção do Estado democrático brasileiro, o que mais impacta é o sistema político eleitoral, desde a política coronelista é corrompido pelas elites econômicas. Nem mesmo a Constituição de 88 conseguiu impor um sistema político eleitoral livre de ingerências de grupos econômicos. Se na época da política dos governadores, de Campos Sales, o aliciamento dos eleitores era regra para os coronéis, no início do século XXI a regra, na pós-redemocratização do Estado, é o financiamento empresarial de campanhas eleitorais em troca de favores políticos e influência nas decisões e gestão do Estado (SPECK, 2003). Agora se tem empresários aliciadores de políticos.

Os partidos políticos brasileiros, historicamente, foram construídos e geridos por senhores, barões e chefes. Para Oliveira Viana (2000), os partidos políticos no Brasil têm origem nos clãs familiares rurais do período monárquico, pois “meros motivos pessoais: — eram sempre as ambições, as vaidades e as preocupações de prestígio de família que decidiam a formação destas agremiações” (VIANNA, 2000, p. 230). Dessa época até aqui houve evolução na organização dos partidos, mas pouco mudou os motivos que os movem, sempre eles são mais pessoais e sobrepõem-se aos interesses

coletivos da sociedade. Os partidos políticos na atualidade se tornaram associações de pessoas que negociam interesses particulares e, alguns menores, caracterizam-se como organização de aluguel, ou seja, nas alianças eleitorais para concorrer às eleições, dependendo do grupo político que mais oferecer vantagens financeiras e apoio às campanhas, eles poderão obter apoio institucional dos pequenos grupos políticos. Esse processo só é possível dado o sistema político eleitoral brasileiro ser frágil, corrompível e vulnerável à vontade de gestores políticos. Por exemplo, fala-se na atualidade, frente à gama de denúncias e investigações de corrupção eleitoral relacionada à Operação Lava Jato (operação da Polícia Federal e Ministério Público que investiga pagamento de caixa dois e propina a políticos e partidos políticos no financiamento de campanha eleitoral. Ela surgiu de denúncias relacionadas as operações fraudulentas na empresa Petrobras, cuja ação até 2017 já resultou na prisão de mais de 40 pessoas entre presidente de empresa, executivos, banqueiro, doleiro e políticos com e sem mandato. Essa operação já está em andamento há três anos e teve forte influência na derrubada do governo da presidente Dilma, em 2016), que o chamado caixa dois, dinheiro arrecada de empresas, gastos em campanhas eleitorais, mas não declarado à Justiça Eleitoral não seria um crime grave, apenas uma inflação menor. Mas se esse dinheiro for gasto com despesas pessoais, aí sim, seria um crime de corrupção.

Em que pese os avanços participacionistas da sociedade brasileira pós-Constituição de 1988, na atuação contra a corrupção política eleitoral ela deixa a desejar. As denúncias de envolvimento de políticos e partidos em desvio de dinheiro público e propina não têm sido suficientes para indignar a população a ponto de forçar a construção de um novo sistema político eleitoral. A sociedade tem se mostrado apática e ineficiente no processo de construção de um Estado mais democrático e transparente eleitoralmente.

5 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Deixamos claro nesse trabalho a construção conceitual da democracia, seu itinerário enquanto método de escolha dos gestores do Estado e disputa de ideias de duas concepções, democracia representativa e democracia participativa. Indicamos o trajeto de construção dual do Estado brasileiro e as influências das elites, dos coronéis e grupos econômicos na condução do Estado. Também apresentamos alguns indicadores de avanços e retrocesso na construção do Estado democrático de direito.

Ficou claro, por fim, que a sociedade brasileira, historicamente, cultiva o continuísmo político, não teve nenhum momento de ruptura com o processo político elitista, quando se fez uma ruptura foi para retomar o projeto político das elites econômicas como o que ocorreu com o impeachment da Presidente Dilma, em 2016, e excluir setores menos favorecidos da vida política do país. A sociedade brasileira

foi fundada no autoritarismo, no conservadorismo, na intolerância política, religiosa e social. São estes fundamentos ontológicos da democracia representativa elitista brasileira. E, retomando ao início do texto, o Brasil ainda não teve governo do povo, para o povo e com o povo, e sim, governos das elites, para as elites e pelas elites econômicas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-Mercado. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rei, 1994. p. 17– 45.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. “Os anos 1980 foram perdidos do ponto de vista econômico, mas não do político”. Revista desafios do desenvolvimento IPEIA. a. 9, n. 72, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CANCIAN, Renato. Governo Vargas (1951-1954): suicídio de Getúlio pôs fim à era Vargas. **UOL Educação**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954-suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 1, p. 9 –15

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Jorge. 1946 – 1964: A experiência democrática no Brasil. **Revista Tempo**. v.14, n. 28. Niterói jun. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100001>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. 2000. 225 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2000.

GOMES, Tão. A Renúncia de Jânio Quadros. **CartaCapital**. Publicação: 20 ago. 2011, última modificação: 06 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-renuncia-de-janio-quadros-50-anos-atras>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? Revista desafios do desenvolvimento IPEIA. a. 9, n. 72, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 25-35, outubro de 1998.

ROMÃO, Wagner de Melo, MARTELLI, Carla Gandini Giani e PIRES, Valdemir. **Participação política no Brasil: ação coletiva e interfaces socioestatais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

REVISTA, **Retrato do Brasil**. São Paulo: Política, 1984. v. 1. p. 13–16.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. **A teoria democrática revisitada I: o debate contemporâneo**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1987.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos – uma aproximação empírica. **Opinião pública**. Campinas, v. 9, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16155.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e sociedade**. Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras** (vol. I e II). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

